



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DR. REMY SOARES PP/MA

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTENCIA SOCIAL,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**

PROJETO DE LEI Nº Nº 2.215 DE 2023

Institui os Centros Comunitários da Paz
- Compaz, em âmbito nacional, e dá
outras providencias.

Autor: Deputado PEDRO CAMPOS

Relator: Deputado Dr Remy Soares

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei 2.215/2023, de autoria do deputado Pedro Campos busca nacionalizar, por meio da inclusão no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), os Centros Comunitários da Paz – Compaz.

O objetivo da proposição é garantir a expansão do atendimento e da promoção da paz, cultura, esporte e lazer a todos os estados do Brasil, além de proporcionar maior atendimento social, psicológico e jurídico.

A proposição foi distribuída às comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania em caráter conclusivo.

Não há proposições apensadas.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

Quanto ao mérito, a proposta de nacionalização do Centro Comunitário da Paz (Compaz) por meio da inclusão no Pronasci, é um passo crucial para fortalecer e expandir essa iniciativa de excelência. O texto apresentado pelo deputado Pedro Campos demonstra um profundo entendimento da importância do Compaz como um modelo de política pública bem-sucedida e altamente eficaz.

Como bem destacado pela comissão anterior a esta, “O Compaz, inspirado no modelo estratégico de segurança pública da Colômbia, já provou ser um instrumento valioso na promoção da cidadania, inclusão social e na construção da paz em comunidades carentes”.

O projeto é meritório também quando propõe a nacionalização do instrumento por meio da integração com o Pronasci. O Programa tem como objetivo articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas com a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural.

Vale destacar que o instrumento do Compaz já é aplicado no Recife (PE) e está em fase de estudo em outras cidades pelo país, tendo recebido o Prêmio do Serviço Público das Nações Unidas como o que melhor contempla os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Considerando a relevância do texto, propomos uma pequena alteração, por meio de substitutivo, para esclarecer uma das principais ferramentas existentes no COMPAZ: a promoção da aprendizagem e desenvolvimento por meio da leitura e escrita.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DR. REMY SOARES PP/MA

Com relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei atende aos ditames da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 e não contém vícios redacionais.

Pelas razões expostas, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.215/2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Deputado DR REMY SOARES
PP/MA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DR. REMY SOARES PP/MA

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTENCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº Nº 2.215 DE 2023

Institui os Centros Comunitários da Paz
- Compaz, em âmbito nacional, e dá
outras providencias.

Art. 1º Esta Lei institui os Centros Comunitários da Paz - Compaz, em âmbito nacional, cujo objetivo é promover a paz, a cultura, o esporte e o lazer, além de proporcionar atendimento social, psicológico e jurídico aos moradores de comunidades carentes.

Parágrafo Único. Os Centros Comunitários da Paz de que trata esta Lei integrarão o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, instituído pela Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Art. 2º Os Centros Comunitários da Paz terão entre suas atividades:

I - programas de inclusão social para crianças, adolescentes e adultos, com atividades esportivas, culturais e educativas;

II - atendimento psicológico e social às famílias das comunidades;

III - assistência jurídica para pessoas de baixa renda

IV - cursos profissionalizantes e de capacitação para o mercado de trabalho;

V - espaço para reuniões comunitárias e eventos culturais;

VI - ações de prevenção à violência, com atividades educativas e de conscientização para a comunidade; e

VII - promoção das habilidades, competências e atitudes que contribuam para aprendizagem e desenvolvimento de estudantes, em especial no campo da leitura e da escrita, através de salas de leitura e bibliotecas.

Art. 3º Os Centros Comunitários da Paz serão orientados pelas seguintes diretrizes:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal DR. REMY SOARES PP/MA

I - ampliação, fortalecimento e desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas das comunidades onde estão inseridas;

II - respeito à dignidade da pessoa com deficiência, à orientação sexual, cor, etnia, nacionalidade, situação socioeconômica, crença, idade ou quaisquer outras características.

Art. 4º Os Centros Comunitários da Paz serão geridos por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais das áreas de assistência social, psicologia, direito, esporte, cultura e lazer na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 5º Os Centros Comunitários da Paz serão construídos em área pública, preferencialmente em locais com maior vulnerabilidade social.

Art. 6º A Lei nº 11.530, de 24 de Outubro de 2007 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.8º-A.
.....

V – Centro Comunitário da Paz – Compaz.
.....

Art. 8º-F O projeto Centro Comunitário da Paz – Compaz é destinado a promover a paz, a cultura, o esporte e o lazer, além de proporcionar atendimento social, psicológico e jurídico aos moradores de comunidades carentes.

Parágrafo Único. Poderão ser concedidos incentivos financeiros a agentes comunitários socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci, para a capacitação e exercício de ações de justiça comunitária relacionadas à mediação e à educação para direitos.” (NR)

Art. 7º Os recursos para a construção, manutenção e desenvolvimento dos Centros Comunitários da Paz serão provenientes dos orçamentos municipal, estadual e federal, além de parcerias público-privadas e de doações de empresas e pessoas físicas.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Deputado Dr Remy Soares
PP/MA

